

O DIÁLOGO DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA COM OS NOVOS PARADIGMAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Paulo Rafael Monteiro Nascimento¹

RESUMO

Nos últimos anos, tem-se verificado que as empresas têm sido pressionadas a repensarem as suas práticas de gestão sócio-ambiental no sentido de aprimorar os processos de produção e otimização, quanto a utilização consciente dos recursos naturais e de energia e, por conseguinte minimizar os impactos das suas externalidades com relação ao meio ambiente. O presente trabalho busca examinar a gestão sócio-ambiental a partir da perspectiva de elementos da sociologia econômica no sentido de compreender em que medida os seus constructos teóricos podem contribuir para a melhoria das atuais práticas de gestão sócio-ambiental nas organizações. O trabalho apresenta discussões acerca do imbricamento das relações sociais, das concepções subsocializadas e sobresocializadas e da racionalidade econômica que podem contribuir de forma bastante significativa a gestão sócio-ambiental.

PALAVRAS-CHAVE

Sociologia econômica. Desenvolvimento sustentável. Racionalidade econômica.

¹ Mestre em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social pelo CEPPEV; Especialista em Gestão Empresarial pela UFS e MBA em Executive Marketing pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e Especialista em Gestão de Negócios de Instituições de Ensino Superior pela Universidade Estácio de Sá; Graduado em Engenharia Elétrica-Eletrônica – Faculdades Reunidas Nuno Lisboa, Rio de Janeiro-RJ (1985) e em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Sergipe (1996). E-mail: paulorafael_1@hotmail.com

ABSTRACT

In recent years, it has been verified that companies have been pressured to rethink their practices of socio-environmental management in order to improve production and optimization processes, as well as the conscious use of natural resources and energy and, therefore, minimize the impacts of their externalities on the environment. The present work seeks to examine socio-environmental management from the perspective of elements of economic sociology in order to understand to what extent their theoretical constructs can contribute to the improvement of current socio-environmental management practices in organizations. The paper presents discussions about the overlapping of social relations, of the subsocialized and over-socialized conceptions and of the economic rationality that can contribute in a very significant way to the socio-environmental.

KEYWORDS

Economic sociology. Sustainable development. Economic rationality

1 INTRODUÇÃO

O objetivo da presente pesquisa é examinar os principais elementos teóricos da sociologia econômica que possam lançar luz aos novos construtos para a gestão sócio-ambiental, buscando uma maior reflexão de uma nova racionalidade econômica. São muitas as correntes que em alguma medida distanciam as organizações de uma responsabilidade social que realmente elevem as condições sócio-ambientais e a sua relação com a sociedade.

A abordagem trazida pelos principais teóricos da sociologia econômica provoca um repensar dos paradigmas teóricos e práticos da gestão sócio-ambiental adotadas pelas organizações, e amplia a consciência acerca dos impactos e consequências das decisões pautadas em uma racionalidade econômica tradicional.

O uso de tecnologias, as políticas sócio-ambientais, a utilização dos recursos naturais, as

externalidades, por outro lado, afetam a competitividade das empresas, uma vez que a implantação desses processos em geral é dispendiosa. As legislações forçam as empresas a mudarem de posição, e com o progressivo aumento da preocupação socioambiental em níveis globais, as leis estão se multiplicando e se tornando mais rígidas.

De acordo com Campos, Silva e Gómez (2007) 'o impacto gerado pelas atividades organizacionais, promotoras das externalidades, provoca cada vez mais pressões socioambientais sobre as empresas, por meio da qual se vêem obrigadas a adotar estratégias que visam atender às exigências do mercado'.

O estudo teórico desenvolvido caracteriza-se, em sua dinâmica, como um estudo teórico-empírico fundamentado pelos princípios da Sociologia Econômica. A nova sociologia econômica na perspectiva de Granovetter (1985) não pode se limitar a interpretar as instituições e o contexto no qual evoluem as atividades econômicas. O presente trabalho apresenta a articulação da abordagem da crítica de Granovetter ao indivíduo atomizado com a gestão sócio-ambiental em direção ao desenvolvimento sustentável.

A atividade empresarial possui uma dimensão ética, integrada às suas dimensões econômica e legal. Entretanto, embora haja um compartilhamento desse pensamento por acadêmicos de distintas correntes, verifica-se que na medida em que se aprofunda o enfoque sobre a natureza dessa dimensão ética esse consenso se desfaz (MACHADO FILHO, 2006).

Machado Filho (2006) salienta que há visões distintas no que concerne a forma e a distribuição dos lucros das empresas, e como as dimensões econômicas, ambientais e sociais são relacionadas. Dentro de uma perspectiva acrítica o incremento do retorno aos acionistas deve ser preservado, prioritariamente, e numa perspectiva mais alinhada com o estudo ora apresentado, os gestores têm a atribuição ética de respeitar os direitos de todos os *agentes* afetados pela empresa e promover o seu bem, incluindo, nesse conjunto os clientes, fornecedores, funcionários, acionistas ou cotistas (majoritários e minoritários), comunidade local, bem como gestores, que devem ser *agentes* a serviço desse grupo ampliado.

Amartya Sen (2000) defende que as atividades de negócios estão inseridas em um contexto mais amplo, sendo parte de uma matriz social, com responsabilidades além da perspectiva tradicional de maximização de lucro. Tem-se identificado que nas atividades de responsabilidade social corporativa, um potencial fator de aumento de valor da empresa, promoção de imagem e reputação, de redução de custos, de elevação da moral dos funcionários e de construção de lealdade por parte dos clientes, entre outros benefícios.

Para Blumenfeld (1997) 'os líderes empresariais já perceberam a algum tempo que suas iniciativas têm impacto ambiental e que, do mesmo modo, decisões ambientais possuem implicações empresariais. A novidade é o fato de que algumas empresas de vanguarda estão conseguindo utilizar o meio ambiente como catalisador de vantagem competitiva. Ao incorporar o pensamento ambientalista nas tomadas de decisão básicas de seus negócios, elas vêm criando – conscientes disso ou não – uma disciplina de estratégia ambiental.'

Sachs (2007) apresenta as principais diferenças entre a racionalidade social ampliada, que incorporam o cálculo do custo-benefício e a racionalidade estreita do mercado, que reflete nos preços correntes. Sachs (2007) salienta que mais vale dispor de um cálculo imperfeito do que nenhum, portanto não se justifica desconsiderar o custo-benefício de projetos social e ambientalmente sustentáveis e competitivos.

Para Nascimento (2008) 'o fator mais importante para a implementação da gestão sócio-ambiental é o da percepção em relação ao processo de mudança interno, dos padrões existentes da empresa e da necessidade de desenvolvimento de novos padrões que atendam aos indicadores de *performance* estabelecidos pela organização.

2 CONCEITUANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A sociedade tem enfrentado grandes desafios para assegurar a preservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável em todas as suas

dimensões. Tem-se verificado grande dificuldade em reconhecer a necessidade de mudar os paradigmas das abordagens fragmentadas e compartimentadas, que são tratadas as questões sócio-ambientais, e orientar o desenvolvimento sustentável em direção a integração e interdependência.

O desenvolvimento sustentável apresenta-se com uma abordagem de crescimento econômico integrando novas dimensões e perspectivas, que garantem e asseguram o atendimento das necessidades básicas para estas e as gerações futuras. Dessa forma, há um equilíbrio de forças entre atores dos mais diversos segmentos permitindo uma maior congruência dos interesses da sociedade como um todo.

Segundo Bellen (2006), o desenvolvimento sustentável passa por uma nova concepção da sociedade em se relacionar com o seu ambiente de forma a garantir a sua própria continuidade e a de seu meio externo. Esta forma de desenvolvimento é complexa, uma vez que mensurar o desenvolvimento e procurar caminhos requer uma tomada de consciência por parte das sociedades que inevitavelmente, esbarram em políticas adotadas por países não tão comprometidos com a causa ecológica.

O discurso do desenvolvimento circunscreve-se em políticas ambientais que buscam solucionar determinados processos de degradação ambiental e o uso dos recursos ambientais, e em certa medida como resposta à necessidade de legitimar a economia de mercado que resiste à explosão e assim precipitando um futuro sem perspectiva clara para uma desconstrução de uma racionalidade econômica para caminhar no sentido de uma nova ordem social (LEFF, 1994a).

Dentre as dificuldades de incorporar a lógica do desenvolvimento sustentável como novo paradigma do crescimento econômico encontra-se a ausência de clareza única e consensual do seu conceito. Para Lafferty e Langhele (1999), por exemplo, o potencial mais significativo do conceito não está inserido no âmbito acadêmico, mas, sobretudo, em sua dimensão política.

Para Elkington (2001) o desenvolvimento sustentável proposto pelos governos e líderes corporativos como solução para um grande número de problemas que agora começam a fazer parte da agenda internacional. O relatório das Nações Uni-

das, *Global Environmental Outlook*, publicado em 1996, mencionou que o mundo não possui “o senso de urgência necessário” que é preciso para se afastar do precipício ambiental.

Hart (2006) salienta que o empreendimento global sustentável representa o potencial para uma nova atitude do setor privado em relação ao desenvolvimento que cria negócios sustentáveis e simultaneamente eleva a qualidade de vida para os pobres do mundo, respeita a diversidade cultural e conserva a integridade ecológica do planeta para as gerações futuras.

Na visão de Bossel (1999) o leque teórico de possibilidades futuras do desenvolvimento sustentável é reduzido, deixando apenas um conjunto limitado de opções potencialmente acessíveis ao desenvolvimento social qualquer que seja a sua forma. Não obstante, dentro desse espaço limitado de acessibilidade, ainda há um amplo espectro de opções e caminhos possíveis, deixando as escolhas e introduzindo de forma subjetiva e inevitável as decisões éticas.

O desenvolvimento sustentável é um conceito dinâmico. As sociedades devem permitir e dar suporte as suas mudanças ambientais, culturais, tecnológicas, de valores e de aspirações, permitindo maior viabilidade e robustez ao desenvolvimento (BOSSSEL, 1999).

Na perspectiva de Leis (2004) a ideia de desenvolvimento sustentável está associada a demandas de responsabilidade do homem frente à natureza. Se o desenvolvimento sustentável é tecnicamente eficiente para realizar a tarefa proposta é algo que deve ser analisado, mas não se pode negar sua importância quando ele deixa de assumir ao ser humano como medida de todas as coisas.

Algumas definições focam mais os aspectos sociais enquanto outras levam em consideração as questões ambientais ou econômicas. Adotar práticas de gestão sustentável voltadas apenas para as questões ambientais não é suficientes para garantir a sustentabilidade de um negócio. É preciso fazer muito mais, a exemplo de integrar os aspectos sociais, ambientais e gerenciais num modelo consistente capaz de melhorar o gerenciamento da organização e a otimização dos seus resultados, sejam eles financeiros, sociais ou ambientais (MELO NETO e BRENNAND, 2004).

Hart (2006) complementa que para uma organização atingir sustentabilidade ela deve ir além dos desafios econômicos, sociais e ambientais. Pois, segundo o autor, somente as organizações que reconhecerem a sustentabilidade como catalisador de novos negócios permanecerá no mercado de forma competitiva.

Rattner (1999) lembra que a falta de exatidão do conceito de sustentabilidade evidencia a ausência de um quadro de referência teórico que relacione as diferentes contribuições dos discursos e campos de conhecimentos específicos. O problema da multiplicidade de conceitos de sustentabilidade de cada teoria, doutrina ou paradigma leva a diferentes implicações para a implementação e o planejamento da ação social.

Para permitir uma conceituação de referência para o presente estudo, optou-se por adotar o entendimento do Relatório *Brundtland* sobre sustentabilidade. Segundo Claro *et al.* (2008), o Relatório *Brundtland* contém a definição de sustentabilidade mais difundida mundialmente. O relatório foi desenvolvido em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas. No relatório, sustentabilidade é entendida como o desenvolvimento econômico, ambiental e social que procura satisfazer as necessidades da geração presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades (CMMAD, 1991). O conceito geral de sustentabilidade dado pelo Relatório *Brundtland* pode muito bem ser entendido às organizações, sejam elas econômicas ou não. Na visão de Rossetto *et al.* (2004, p.4):

Uma empresa pode ser considerada sustentável se atender aos critérios de ser economicamente viável, ocupar uma posição competitiva no mercado, produzir de forma que não agride o meio ambiente e contribuir para o desenvolvimento social da região e do país onde atua.

Barbieri (2007) reforça dizendo que uma organização sustentável é aquela que busca ser eficiente economicamente, que preserva as questões ambientais e procura ser instrumento de justiça social, estimulando a promoção da inclusão social, a proteção das minorias, o equilíbrio entre os

gêneros, entre outros aspectos. Ele (2007, p.105) ainda avança dizendo que uma organização inovadora sustentável 'não é a que introduz novidades de qualquer tipo, mas novidades que atendam as múltiplas dimensões da sustentabilidade em bases sistemáticas e colham resultados positivos para ela, para a sociedade e o meio ambiente"

McKinsey & Company (2001) afirmam que uma organização sustentável é aquela capaz de: manter suas operações sem depender totalmente de recursos externos, através da necessidade de diferenciar as fontes de financiamento; desenvolver novas fontes de receita; qualificar todos os membros da organização; atrair novas pessoas para compor a organização; revisar o processo de comunicação; revisar e monitorar resultados; e melhorar o gerenciamento através de práticas efetivas.

Para Armani (2003), a sustentabilidade também deve ser entendida sob o enfoque sistêmico e gerencial. No enfoque sistêmico, devem ser observados os fatores impulsionadores dos processos de mudança social, a exemplo da inserção política, a credibilidade e o fortalecimento da base social das organizações.

Coral (2002) enfatiza que para uma organização ser sustentável ela deve inserir no seu processo decisório nas questões ambientais, estimular o desenvolvimento da comunidade de entorno e investir a longo prazo, no desenvolvimento global. A autora destaca ainda que uma organização de sucesso geralmente alinha as ações de cunho sustentável na sua gestão estratégica.

Um dos principais paradigmas da exclusão social no Brasil é o crescimento dos problemas sociais, exigindo, assim, uma mudança de postura de todos os atores políticos e sociais voltada para ações inovadoras sustentáveis na comunidade em geral (MELO NETO; FROES, 2002).

Essas organizações têm sofrido pressões de seus principais *stakeholders* no sentido de melhorarem a qualidade dos serviços oferecidos à comunidade e alcançarem melhor posicionamento político (ROCHE, 2002; ARMANI, 2003). Ao mesmo tempo, carecem de mecanismos e ferramentas eficazes para que possam dar maior tangibilização às suas ações, de modo a efetivamente mudarem o quadro atual de ênfase ao assistencialismo.

O desenvolvimento sustentável de uma organização dar-se-á quando a mesma proporciona

ao negócio competitividade e viabilidade econômica, cuja produção está de acordo com as normas ambientais, bem como, quando desenvolve socialmente a região onde atua e, conseqüentemente, o país no que se refere, por exemplo, a inclusão social (SACHS, 2008; BARBIERI, 2007).

Não obstante as controvérsias e desentendimentos sobre o conceito de desenvolvimento sustentável é indiscutível a sua influência exercida no interior das organizações e, conseqüentemente, na postura do gestor (OLIVEIRA, 2007).

O conceito de sustentabilidade organizacional é complexo e pode ser considerado por diferentes ângulos. Claro *et al.* (2008) lembram que mesmo existindo inúmeras definições de sustentabilidade, a maior parte dos conceitos afirma que a sustentabilidade é composta de três dimensões relacionadas, a saber: econômica, ambiental e social.

Adotar práticas de gestão sustentável voltadas apenas para as questões ambientais não é suficiente para garantir a sustentabilidade de um negócio. É preciso fazer muito mais, a exemplo de integrar os aspectos sociais, ambientais e gerenciais num modelo consistente capaz de melhorar o gerenciamento da organização e otimização seus resultados, sejam eles financeiros, sociais ou ambientais (MELO NETO e BRENNAND, 2004).

Hart (2006) complementa que para uma organização atingir sustentabilidade ela deve ir além dos desafios econômicos, sociais e ambientais, uma vez que, somente as organizações que reconhecerem a sustentabilidade como catalisador de novos negócios permanecerão no mercado de forma competitiva.

Barbieri (2007) reforça dizendo que uma organização sustentável é aquela que busca ser eficiente economicamente, que preserva as questões ambientais e procura ser instrumento de justiça social, estimulando a promoção da inclusão social, a proteção das minorias, o equilíbrio entre os gêneros, entre outros aspectos. Ele (2007, p. 105) ainda avança dizendo que uma organização inovadora sustentável 'não é a que introduz novidades de qualquer tipo, mas novidades que atendam as múltiplas dimensões da sustentabilidade em bases sistemáticas e colham resultados positivos para ela, para a sociedade e o meio ambiente"

Coral (2002) enfatiza que para uma organização ser sustentável ela deve inserir no seu pro-

cesso decisório questões ambientais, estimular o desenvolvimento da comunidade de entorno e investir em longo prazo no desenvolvimento global. A autora destaca ainda que uma organização de sucesso geralmente alinha as ações de cunho sustentável na sua gestão estratégica.

Por outro lado, alguns autores a exemplo de Hardi e Zdan (1997) mostram que a ideia da sustentabilidade está ligada a persistência de certas características necessárias e desejáveis de pessoas, suas comunidades, organizações e os ecossistemas que as envolvem dentro de um longo período de tempo. Eles ainda relatam que é necessário alcançar o bem-estar humano e dos ecossistemas para atingir o progresso da sustentabilidade e que o desenvolvimento sustentável, não é um estado fixo, harmonioso e sim um processo dinâmico de evolução, um sistema global, onde apenas um ator, como a empresa ou comunidade não pode ser considerado sustentável em si mesmo, uma vez que uma parte do sistema não pode ser considerada sustentável se outras não o são.

Melo Neto e Brennand (2004) explicam os principais motivos que levaram a sustentabilidade a ganhar força com a eclosão dos temas emergentes (ecologia, meio ambiente, voluntariado, educação, saúde, combate à fome e à pobreza, exclusão social, entre outros) de grande divulgação na mídia e presente em vários debates acadêmicos, empresariais e políticos. Tais autores (2004, p.72-73) argumentam que:

[...] sendo um tema emergente, a sua relevância é inquestionável, bem como a sua atualidade, sua divulgação e seu conhecimento. [...] Porque houve um esgotamento do modelo de filantropia. Empresas e indivíduos se conscientizaram de que doações não são mais suficientes. Eram soluções parciais, ações pontuais de resultados pífios e eficácia nula. Era preciso fazer o bem, mas o bem de forma correta, com resultados bem definidos e uma estratégia clara e precisa. É quando o social se tornou sustentável. Os projetos sociais fracassaram porque seu objetivo era eliminar o problema social. [...] Em vez de tentar eliminar o problema social, era prioritário que fossem criadas condições institucionais na própria comunidade afetada. Problemas de de-

semprego começaram a exigir soluções sustentáveis com base em capacitação, escolaridade e empregabilidade. Problemas de saúde desencadearam novas ações sustentáveis de prevenção. [...] Problemas de baixa renda foram suplantados pela busca de iniciativa de fomento e de gestão empreendedora. [...] Problemas de violência tornaram-se alvo de ações sustentáveis de geração de emprego e renda.

De problemas sociais grandes tornaram-se oportunidades de ações sociais sustentáveis. [...] Assumiram a condição de fatores-chave nas estratégias de desenvolvimento sustentável.

Os motivos expostos por Melo Neto e Brennand (2004) reforçam a importância das organizações de terceiro setor na busca de ações sustentáveis mais eficazes visando maior qualidade de vida da população e profissionalização da gestão das organizações do terceiro setor quanto à efetividade de suas ações.

Diante do exposto, o conceito de desenvolvimento sustentável adotado nesta pesquisa refere-se à preocupação da organização com o equilíbrio das dimensões ambientais, sociais e econômicas, ou seja, parte-se da premissa que uma organização pode ser sustentável quando desenvolve estratégias que minimizem os impactos gerados nestas três dimensões, bem como possua uma gestão profissional preparada para superar os desafios encontrados.

3. PRINCIPAIS ELEMENTOS DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA EM DIREÇÃO A SUSTENTABILIDADE

Há uma questão central na abordagem da sociologia econômica que discute dentre outras outras concepções o indivíduo atomizado e subsocializado em contraponto com a crítica da racionalidade. Nesse contexto, o imbricamento das relações sociais

O conceito de imersão social supera tanto abordagens subsocializadas quanto sobressocializadas. Em seu artigo clássico, Granovetter (1985) defende a imersão social da economia e critica os pressupostos neoclássicos, que partem de uma

explicação atomizada da ação econômica, assumindo um comportamento autointeressado.

Os autores da chamada ‘nova economia institucional’ consideram o forte imbricamento do comportamento nas sociedades tradicionais sendo entendidos como resultados da execução de interesses próprios por indivíduos racionais, mais ou menos atomizados (NORTH E THOMAS, 1973; WILLIAMSON, 1975; POPKIN, 1979).

Os neoclássicos pressupõem que a ação econômica é minimamente afetada pelas relações sociais, denotando uma concepção subsocializada de ação. Contudo, o autor critica também sociólogos e cientistas políticos que possuem uma visão sobressocializada, isto é, uma concepção de pessoas irresistivelmente sensíveis à opinião de outros e, portanto, obedientes aos ditames dos sistemas consensualmente desenvolvidos de normas e valores, internalizados através da socialização, de uma forma tal que obediência não é percebida como um fardo.

Granovetter (1985) destaca que em ambas as concepções o ator é atomizado. Na sobressocializada, a atomização é resultante dos efeitos periféricos atribuídos às relações sociais contínuas sobre o comportamento, pois se tem a concepção de que as relações sociais são guiadas por padrões de comportamento cuja origem é internalizada. No caso da subsocializada, a atomização ocorre em função de que se concebe a ação como guiada pelo autointeresse, em que as relações sociais possuem papel residual. Para o autor, o conceito de imersão social reside entre tais concepções. O poder das grandes corporações econômicas não deve subjugar os interesses da sociedade nas suas mais diversas perspectivas sejam elas ambientais, culturais, sociais, ou seja, devem integrar as suas ações aos interesses mais amplos e não interesses particulares. As soluções subsocializada e sobressocializada para o problema da ordem convergem assim no fato de isolarem os atores do seu contexto social mais imediato.

Powell (1987) desenvolve uma posição alternativa à de Williamson, primeiramente dando uma explicação distinta para o surgimento de redes e, indicando estas como novas formas, pautadas em características que não são da estrutura típica de mercado, nem de hierarquia. O autor ainda eviden-

cia que mercados são, com frequência, organizados informalmente, e acordos contratuais comumente contêm propriedades hierárquicas e organizações formais têm se tornado muito mais complexas com a introdução de processos de mercado como centros de lucros e transferências de preço.

De acordo com Powell (1987, p.67) ‘ao olhar a organização econômica como uma escolha entre mercados e relações contratuais de um lado e o planejamento consciente dentro de uma firma de outro, nós falhamos em ver a enorme variedade que formas de arranjos cooperativos podem assumir’.

Ressalta-se que na perspectiva de Hobbes a desordem é originada pelo fato das transações econômicas e sociais sem conflito dependerem da confiança e da ausência de má-fé. Nesse sentido, há um reconhecimento de que ‘a atomização social constitui um pré-requisito à lógica da competição perfeita (Smith, [1776], 1979, p.232-233).

Em alguma medida o *mainstream* da gestão sócio-ambiental tem uma clara influência da concepção sobressocializada, uma vez que há uma forte relação entre o comportamento da sociedade e o indivíduo e suas perspectivas de mercado, sendo portanto, um comportamento automático. O desenvolvimento sustentável busca uma reflexão crítica e não uma mecanicidade das ações em direção a um equilíbrio entre as forças sociais, econômicas, culturais. A perspectiva da sociologia econômica alinha-se a esta perspectiva na medida em que não está desprendida do imbricamento nas suas ações, portanto o modelo pautado apenas no cálculo utilitário e no êxito econômico.

Para Granovetter (1985) a forma de tratamento dos modelos econômicos às relações sociais tem um efeito paradoxal na medida em que preserva o processo de decisão atomizado, mesmo quando se aceita que as decisões envolvem mais do que um indivíduo. O comportamento dos grupos, portanto, é isolado do contexto social. Os atores agem exclusivamente de acordo com os papéis prescritos, ou seja, uma visão atomizada e subsocializada.

O argumento do imbricamento, ainda em Granovetter, destaca o papel das relações concretas e das estruturas (ou ‘redes’) dessas relações na origem da confiança e no desencorajamento da má-fé.

Dollar e Kraay (2003) constataram em seus estudos que as nações constituídas por instituições

mais qualificadas estabelecem maiores níveis de comercialização e tendem a crescer rapidamente. É função crítica das instituições, conforme DiMaggio e Powell (1983), reduzir consistentemente as incertezas oferecidas pelo meio ambiente ao providenciarem a legitimação de normas sociais racionais que validem ações empreendedoras tradutoras de um desenvolvimento econômico sustentável.

Para tanto, a confiabilidade e a cooperação entre os atores sociais e as instituições que validam a existência das respectivas sociedades são fundamentais, pois somente assim, conforme Granovetter (1985) se alcançará um desenvolvimento sustentável harmônico. Esta interação pacífica é imprescindível, pois, enquanto governos, sociedade e organizações sem fins lucrativos disputam seus papéis frente ao meio ambiente, entidades mistas têm surgido no intuito de alinhar elementos lucrativos em uma melhor eficiência no uso de recursos naturais por uma perspectiva não lucrativa de criação de valores sociais (AUSTIN; STEVENSON; WEI-SKILLERN, 2006).

O que interessa em uma rede, segundo Burt, não é, exatamente, 'a força do vínculo fraco as, sim, o buraco estrutural que este é capaz de atravessar' (2001, p. 29, tradução nossa) e o número de contatos não redundantes. Para Burt, o diferencial competitivo de um ator (empresa ou indivíduo), na concorrida arena do mercado, é dado, exclusivamente, por sua posição e localização em uma rede.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou apresentar os principais pontos de convergência entre a gestão sócio-ambiental e a proposta da sociologia econômica, enquanto resposta efetiva das ações empresariais e suas práticas administrativas. O referencial teórico apresentado traz um resgate analítico que insere as principais abordagens da nova sociologia econômica que lança luz ao *mainstream* das práticas de gestão empresarial, trazendo novas reflexões para o estudo das organizações, sobretudo das questões sócio-ambientais que são centrais nas estratégias organizacionais.

Ao trazermos à baila a gestão sócio-ambiental na perspectiva da sociologia econômica, como

nova abordagem paradigmática, está implícita a importância das relações pessoais concretas e das estruturas. Não obstante a essa constatação outras dimensões devem estar inseridas nessa estratégia, tais como: atomização, subsocialização, sobressocialização, transações econômicas, institucionalização e poder.

As reflexões críticas podem ser objeto de uma reorientação da gestão sócio-ambiental na medida em que ampliam as perspectivas estudadas e aplicadas. O grande desafio da gestão sócio-ambiental concentra-se não só modelagem organizacional e da ideologia subjacente, mas da tomada de consciência crítica do modelo de dominação que impõe as organizações e a sociedade às demandas de mercado como regentes desse processo.

O presente estudo teórico propiciou reflexões propositivas e uma discussão construtiva acerca da sociologia econômica na teoria e prática da gestão sócio-ambiental, como caráter atomizado incorporando o paradigma do imbricamento valor social como elemento vital para a construção de uma sociedade mais justa.

A articulação entre a sociologia ambiental e a gestão sócio-ambiental apresentou-se factível e viável na medida em que há uma perspectiva de resignificação da gestão sócio-ambiental frente aos paradigmas do *mainstream* com fortes heranças instrumentais. Portanto, a sociologia econômica demonstra-se uma abordagem bastante interessante para uma visão mais integradora para as organizações.

Ao contrário de fazermos uma análise pessimista acerca dos paradigmas que permeiam e espraiam-se pelas organizações, o referido trabalho abre novas matizes e espectros de perspectivas no sentido de identificar as ideologias dominantes e seu instrumental, embora como foi apresentado, muitas vezes disfarçadas e implícitas das formas mais variadas possíveis. O diálogo que a sociologia econômica pode estabelecer com o *mainstream* da gestão sócio-ambiental proporciona uma ampliação de muitas possibilidades de preservação do ambiente, consumo consciente e competitividade econômica sem, entretanto, serem excludentes entre si.

Percebe-se que poucas são as empresas que efetivamente adotam uma gestão sócio-ambiental

de forma efetiva e responsável, com desequilíbrio das dimensões sociais, ambientais e econômicas e muitas delas premidas pelas pressões do mercado.

Portanto, o artigo apresenta e argumenta acerca das várias possibilidades de inserção dos postulados econômicos e de forma de transação econômica como essencial na consolidação e ampliação da gestão sócio-ambiental em suas várias dimensões.

O reconhecimento da dimensão social da economia, como demonstra a economia e o social de forma integrada pressupõe um funcionamento democrático. Com efeito, o social e o sustentável são multidimensionais e adquirem plenamente sentido a longo prazo por meio de diversas gerações, de maneira que sua construção social complexa e difícil é suscetível a variar consideravelmente no tempo.

REFERÊNCIAS

- ARMANI, D. **O desenvolvimento institucional como condição de sustentabilidade das ONGs no Brasil**. 2003, 10 p. Disponível em <<http://www.aids.gov.br/final/biblioteca/sustenta/desenvol.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2010.
- BARBIERI, J. C. **Organizações inovadoras sustentáveis**. In: BARBIERI, J. C.; SIMANTOB, M. Organizações inovadoras sustentáveis: uma reflexão sobre o futuro das organizações. São Paulo, Atlas, 2007.
- BARNEY, J. B.; HESTERLY, W. Economia das organizações: entendendo a relação entre as organizações e a análise econômica. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, D. (Orgs.) Handbook de estudos organizacionais. Volume 3. São Paulo: Atlas, 2004.
- BLUMENFELD, K; MONTRONE, A. **Quando a ecologia dá bons lucros**. HSM Management, jul.-ago.1997.
- BOSSEL, H. **Indicators for sustainable development: theory, methods, applications: a report to Balaton Group**. International Institute for Sustainable Development. Winnipeg, Manitoba, Canada, IISD, 1999.
- BURT, S. R. **Structural holes: the social structure of competition**. Cambridge, MA London: Harvard University, 1992a.
- BURT, S. R. **The social structure of competition**. In: NOHRIA N.; ECCLES, R. G. Networks and organizations: structure, form and action. Massachusetts: Harvard Business School, p. 57-91, 1992b.
- BURT, S. R. **A note on social capital and network content**, Social Networks, v. 19, n. 4, p. 355-373, 1997.
- CAMPOS, E. M.; SILVA, E. A.; GÓMEZ, C. R. P. **Influência da sustentabilidade na competitividade: um modelo da relação através da utilização de indicadores**. In: IX Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Empresarial e Meio Ambiente. Anais do IX ENGEMA, Curitiba, 2007.
- CORAL, E. **Modelo de Planejamento Estratégico para a sustentabilidade empresarial**. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2002.
- CLARO, P. B. O.; CLARO, D. P.; AMÂNCIO, R. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 43, n. 4, p.289-300, out.-dez. 2008.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – (CMMAD). **Relatório Brundtland. Nosso futuro comum**. 2 Ed. Rio de Janeiro, FGV, 1991.
- ELKINGTON, J. **Canibais de garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.
- GRANOVETTER, M. **Economic action and social structure: the problem of embeddedness**. American Journal of Sociology, v. 91, n. 3, Nov. 1985.
- HARD, P; ZDAN, T. J. Assessing sustainable development: principles in practice. Winnipeg: IISD, 1997.
- HART, S. O capitalismo na encruzilhada. Porto Alegre: Bookman, 2006.

LAFFERTY, W. M.; LANGHELLE, O. **Sustainable development as concept and norm.** In:

LAFFERTY, W. M.; LANGHELLE, O. (Org.) *Towards Sustainable Development: on the Goals of Development – and the Conditions of Sustainability.* London: Macmillan, 1999.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. *Ecologia y capital: racionalidade ambiental, democracia, democracia participativa y desarrollo sustentable.* México: Siglo XXI/Unam, 1994a.

LEIS, R. H. **A modernidade insustentável:** as críticas do ambientalismo e a sociedade contemporânea. Montevideo: CLAES, 2004.

MCKINSEY & COMPANY; Inc. **Empreendimentos Sociais Sustentáveis:** Como elaborar planos de negócios para organizações sociais. São Paulo: Peirópolis, 2001.

MACHADO FILHO, C. P. **Responsabilidade Social e Governança:** o debate e as implicações: responsabilidade social, instituições, governança e reputação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

MAY, P. H. **Economia do meio ambiente:** teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MELO NETO, F. P. de; FROES, C. **Empreendedorismo Social: a transição para a sociedade sustentável.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MELO NETO, F. P. de; BRENNAND, J. M. **Empresas socialmente sustentáveis.** Rio de Janeiro: Qualitymark. 2004.

NASCIMENTO, L. F. et. al. **Gestão socioambiental estratégica.** Porto Alegre: Bookman, 2008.

NORTH, D.; THOMAS, R. *The rise of the Western World,* Cambridge, Cambridge University Press.

OLIVEIRA, E. C. Ensaio teórico sobre a variável ambiental como fator de forte influência nas estratégias empresariais. In: XXVII SEMAD 2007 – SEMANA DO ADMINISTRADOR/UEM, 01 a 05 de Outubro/2007 – Maringá/PR. Anais...Maringá, 2007. Disponível em: http://www.funge.com.br/upload_trabalhos/19_artigosemad_uem.pdf. Acesso em: 03 jul. 2010.

POPKIN, S. *The Rational Peasant,* Berkeley and Los Angeles, University of California Press.

POWELL, W. W. Hybrid organizational arrangements: new form or transitional development? *California Management Review,* Berkeley, CA, v. 30, n. 1, p. 67-87, 1987.

RATTNER, H. Sustentabilidade: uma visão humanista. *Ambiente & Sociedade,* Ano II, n. 5, p. 233-240, 2o sem. 1999.

ROCHE, Chris. *Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças.* 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ROSSETTO, C. R. *et al.* Uma Proposta de Modelo de Planejamento Estratégico em Busca da Sustentabilidade Empresarial Incorporando os Aspectos Econômicos, Sociais e Ambientais. In: XXXIX Asamblea Anual de CLADEA, v.1, p. 1-24, 2004, Puerto Plata. Anais.... Puerto Plata, 2004.

SACHS, I. *Desenvolvimento: incluindo, sustentável, sustentado.* Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. *Rumo à ecossocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento.* São Paulo: Cortez, 2007.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade.* São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

SMITH, A. *The Wealth of Nations.* Baltimore, Penguin, 1776, 1979.

VAN BELLEN, H. M. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa.* 2ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

WILLIAMSON, O. E. Transaction cost economics and organization theory. In: WILLIAMSON, O. E. (Ed.) Organization theory from Chester Barnard to the present and beyond. Expanded Edition. New York: Oxford University Press, 1995.

----- **Markets and Hierarchies,**
New York, Free Press.

Recebido em: 11 de Março de 2019

Avaliado em: 17 de Junho de 2019

Aceito em: 17 de Junho de 2019
